

o jornal

Ano V n.º 223
De 3 a 9 de Agosto de 1979
Preço: 15\$00

Semanário
sai às sextas-feiras

Director
José Carlos Vasconcelos

Director adjunto
José Silva Pinto

Entrevista/Exclusivo

Governo fala



págs. 4/5



Teresa Santa Clara

É tempo de as mulheres aparecerem



Costa Brás

Garantia de isenção nas eleições



Bruto da Costa

Dar voz a quem a não tem

Fundação Cuidar o Futuro

Maria Elisa

Jornalista da TV cuida a imagem de Lurdes Pintasilgo

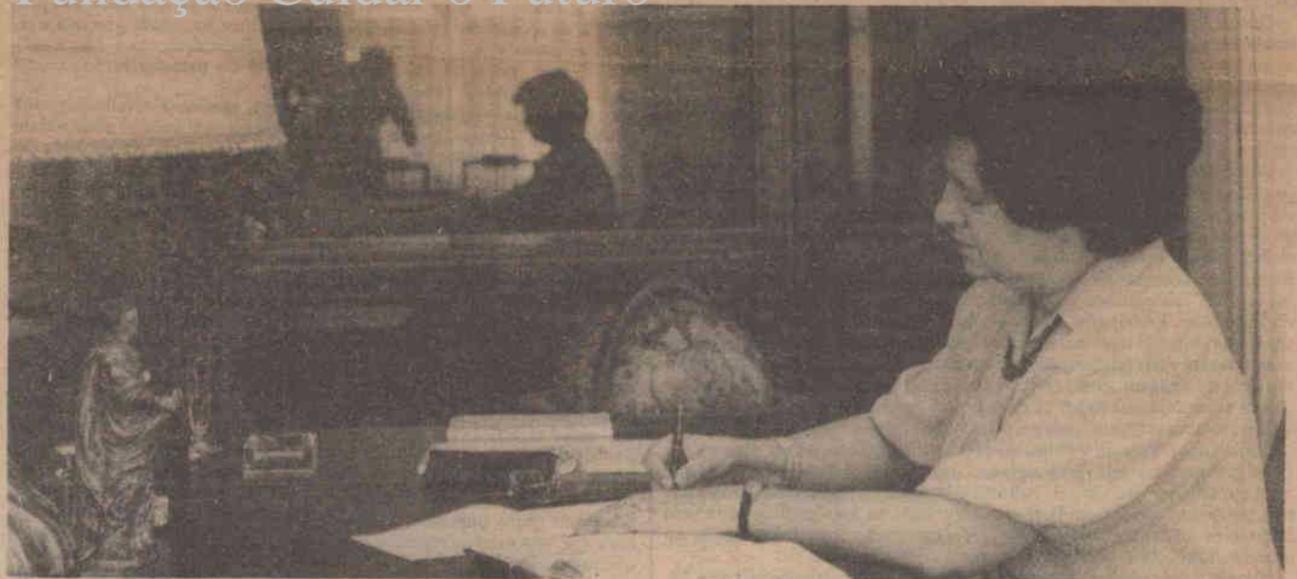


Foto Inácio Ludgero

A primeira foto de Lurdes Pintasilgo em São Bento

A «marcha dos cem dias» (pelo menos) começou. Em cima da sua secretária, no gabinete de Primeiro-Ministro, Lurdes Pintasilgo colocou uma velha imagem de Santa Isabel

pág. 7

Eleições prováveis em 18 de Novembro

pág. 40

Um comunicado da "Associação dos Machos Desenvoltos"

férias

pág. 31



DESODORIZA E CUIDA DOS SEUS PÉS

Começou a "marcha dos 100 dias"

O Governo e a responsabilidade dos partidos

Perguntávamos aqui há uma semana, em título, se «a direita perdeu a vergonha». E acrescentávamos que do elenco de factos graves, até (e é nesse plano que sobretudo nos pretendemos situar) moralmente graves, da sua actuação recente, parecia ter de se concluir que assim era. Porém, e não obstante termos como certa que essa sua actuação só poderia favorecer, mesmo eleitoralmente, as forças progressistas, em cujo sector democrático e independente nos situamos, dizíamos que, atendendo a valores primeiros como o patriotismo e a democracia, e a princípios éticos que entendemos igualmente essenciais — gostaríamos que essa direita corrigisse tal actuação, mostrando-se em todas as circunstâncias de facto civilizada e democrática e pautando-se por normas de limpidez e dignidade cívica indiscutíveis.

Afinal, nada se alterou. Ao invés, condutas e afirmações que não se podem classificar de honestas — porque objectivamente falsas e/ou demagógicas, quando não difamatórias sobre Maria de Lurdes Pintasilgo — mantiveram-se, e aqui acentuaram-se. Por outro lado, verificou-se um facto inédito após o restabelecimento da democracia em Portugal, e que dá uma ideia de até onde pode chegar, além do mais, a falta de educação cívica daqueles sectores, até que ponto são desrespeitados princípios fundamentais da democracia como os da tolerância e do diálogo.

Referimo-nos ao facto, que quando menos se tem de considerar lamentável, do PSD e do CDS se terem recusado ir falar com a eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, quando para esse efeito solicitados.

Como se podem invocar princípios sociais-democráticos, quando se tomam atitudes como esta? Como se pode invocar uma posição conservadora, mas democrática e civilizada, à inglesa, quando se demonstra nomeadamente tamanha falta de «fair-play»? E isto para quem não é apenas mais um chefe de Governo — mas mulher, democrata e independente, de alta craveira intelectual e reconhecido prestígio, nacional e internacional, que foi desde a primeira procuradora à Câmara Corporativa (onde tomou posições que não nos recordamos de serem assumidas por outros seus colegas de então, agora «leaders» partidários...), até primeira titular de uma pasta ministerial e primeira Primeiro-Ministro de um Governo neste país, já sem falar da sua qualidade de embaixadora de Portugal na Unesco e de dirigente conceituada dos importantes organismos católicos, onde tem posição de relevo...

Desde que a democracia foi restabelecida neste país é a primeira vez que, salvo erro, se verifica algo de semelhante. Nem o PC, perante um governo como o de Mota Pinto, que declaradamente o tinha como seu inimigo principal, se recusou nunca a ir falar com ele, sempre que para o efeito foi convocado! Nem nos momentos mais quentes e graves da fase mais agitada da Revolução ocorreu facto idêntico! Uma tristeza e, para não dizermos mais, um sinal muito evidente de imaturidade ou irresponsabilidade cívicas e democráticas.

Que depois disso, representantes da «aliança democrática» não tenham também comparecido na posse do novo Governo, foi apenas mais um passo na mesma direcção e um sintoma nítido da gravidade desta súbita «doença infantil de direitos». A não ser que se trate de tática eleitoral que não percebemos, e de qualquer modo julgamos inadmissível, ou de um certo pânico quanto aos eventuais resultados das eleições que desejaram, em que não estarão muito seguros da pretendida «maioria de direitos»...

Depois de tudo isto, se o PSD e o CDS chegarem ao extremo de, em novo gesto carregado de peso antidemocrático e denotando uma enorme e óbvia incapacidade de saber aceitar com alguma elegância e sentido do diálogo decisões legítimas que não consideram as melhores (ou circunstanciais e eleitoralmente as mais favoráveis?), também não forem à Assembleia da República participar no debate do programa de Governo, poder-se-á dizer que apenas continuam a mesma via sinuosa que desde há alguns tempos vêm seguindo. E se é certo, como há dias acentuou Maria de Lurdes Pintasilgo, que «infinito mais um é igual a infinito», não há dúvida que se tal se concretizasse esses partidos dariam mais uma machadada funda não só na sua própria imagem, como, reflexivamente, em certa medida, na de um órgão de soberania que todos os democratas devem tentar prestigiar ou defender, mesmo contra as suas próprias deficiências.

Como aliás o fizeram o Primeiro-Ministro indigitado no seu discurso de posse que constitui, sob vários aspectos, um texto e um documento de alto nível e qualidade intelectual, cultural e humana, a que infelizmente estamos pouco habituados em Portugal, sobretudo na área política onde nem faltaram os mediocres convencidos que o integraram, com soberania, no domínio da «poética» (e como se isso fosse um estigma...).

E como o fez também, apesar dos ataques que de variados sectores daquele Parlamento lhe têm sido feitos, o Presidente Ramalho Eanes, que oportunamente, quer no discurso de Vale de Zebro, quer no da posse do Governo, reiterou linhas fundamentais da sua orientação política, no respeito pelo quadro constitucional e pelas instituições democráticas, mormente a Assembleia da República e os partidos. Partidos que legitimamente o têm criticado, umas vezes com razão, outras sem ela, e nos últimos tempos para além do que nos parece razoável e sensato.

Deixemos isto, que nos levaria longe, e antes de finalizar, retomando o fio condutor destas linhas, salientemos apenas que é uma primeira vitória de Maria de Lurdes Pintasilgo, a constituição do Governo em tão curto espaço de tempo, e conseguindo formar uma equipa que, para lá de alguns pontos mais débeis ou mesmo negativos, se afigura dar garantias de isenção, independência e competência; vitória também do general Ramalho Eanes que neste Executivo parece (parece, acentuamos) apostar tudo, inclusive anunciando-se que, pela primeira vez, irá de facto presidir a alguns conselhos de ministros. Quanto ao que o Governo será efectivamente, só a prática o pode dizer, e é por ele que aguardamos para podermos ter opinião.

Mas, falávamos de partidos — e também (coisas que por de mais têm andado juntas...) de certa irresponsabilidade e insensatez, para já não falar na tal eventual falta de vergonha.

Neste domínio, não se pode deixar ainda de colocar ao mesmo nível, embora por razões distintas, a UDP, face à inadmissível atitude tomada pelos seus representantes recebidos pela chefe do Executivo de, finda a respectiva audiência, divulgarem eles (aliás, com as confusões próprias de tais cabeças...) os nomes que integrariam o Executivo, numa violação frontal de regras democráticas, de princípios da boa-fé e confiança mútuas que têm de reger os contactos entre governantes e políticos ou partidos. A UDP tem sempre protestado, por vezes com alguma razão, outras sem ela, pelo facto de não ser ouvida em várias circunstâncias. Após, este acto insólito, e enquanto não apresentar desculpas formais e der garantias suficientes de não se repetir algo de semelhante, nunca mais a UDP pode, naturalmente, se bem julgamos, ser admitida como parceiro convivente, dialogante ou simplesmente ouvinte, em ocasiões semelhantes. Ihanes.

Cáceres Monteiro

Segundo alguns, o Presidente da República, «desmascarou-se» finalmente e apareceu a dar vida a um projecto de «presidencialismo eanista» com traços militaristas. Mas o próprio Eanes se preocupou em afirmar o contrário, em dois discursos importantes e claros, proferidos esta semana, em dias seguidos, no Vale do Zebro e na Ajuda, contrastantes com a habitual parcimónia de palavras e o tradicional hermetismo de expressão. Se Maria de Lurdes Pintasilgo é uma peça importante (fundamental) desse jogo, ela defendeu-se com foros de sinceridade, dizendo, em resposta a uma nossa pergunta, que procura simplesmente «abrir o caminho a quem venha a seguir». Afirmou-o na conferência de Imprensa das Necessidades e no discurso de posse mostrou-se segura da confiança do povo «nas forças sociais e políticas que o representam».

No entanto, a visão da assistência à cerimónia de posse do V Governo fazia sentir ao observador minimamente atento que os estados-maiores dos partidos e as clientelas partidárias estão, cada vez mais, afastados do poder. Talvez a prazo, como o parecem indicar as palavras aí proferidas por Eanes: «Que o calor do debate eleitoral não seja motivo para que se inviabilizem soluções políticas posteriores pois, quaisquer que sejam os resultados eleitorais, é indispensável que os partidos possam assumir responsabilidades governamentais».

Tal sensação não era só transmitida pela ausência dos líderes da «Aliança Democrática» que esta semana deram mostras de querer conquistar a «arraia-miúda» pela senda dos encontros com Castela... A centrifugação dos partidos não era iludível pela presença das delegações formais do PS, do PCP e da ASDI. Quem ali se encontrava, numa cerimónia que pela sua vivacidade e concorrencialidade eram militares e tecnocratas presidencialistas, militares da facção moderada do MFA encabeçados por uma forte representação do Conselho da Revolução, católicos destacados, mormente do Graal, quadros que sobreviveram no aparelho de Estado após a despartidarização dos governos (e este é o terceiro consecutivo de independentes).

Apesar da aparência desportiva de Mota Pinto, certamente reconfortado com o elogio de Eanes («...») justifica que aqui se sublinhe a acção global do Governo do prof. Mota Pinto], e da presença de Jacinto Nunes, também o IV Governo, pelas significativas ausências, não disfarçava o seu imenso desconsolo. Na véspera Mota Pinto, fazendo recordar alguns relatos criminais da nossa Imprensa, assegurava que não está arrependido do que tinha feito.

Uma dinâmica «alternativa»?

Como era previsível para quem a conhece Maria de Lurdes Pintasilgo, através da sua própria personalidade, alterava, em poucos dias, a dinâmica, que parecia imparável, das jogadas políticas.

Para grande desespero dos partidos de direita e sem que a isso cor-

responda, de resto, a um grande entusiasmo dos socialistas, aquela mulher, na pequena mas digna sala dos concursos do Palácio das Necessidades, com janelas abertas sobre campanários, envergando um vestido azul às bolinhas vermelhas e brancas, «estilhaçava» numa conferência de Imprensa, com a sua autenticidade e pela forma corajosa e inteligente como respondia às perguntas dos jornalistas as teorias laboriosamente urdidas pelos chamados «analistas políticos».

Mostrando-se interessada em não acentuar a polarização entre esquerda e direita dizia-se, «enquanto pessoa situada numa perspectiva de uma sociedade alternativa».

Acusando os partidos que desde já a atacam — o PSD e o CDS — não lhe darem sequer o benefício da dúvida, Lurdes Pintasilgo consegue inverter habilmente a direcção das setas que lhe são dirigidas. Elogiando Juan Carlos e Suarez, o Primeiro-Ministro indigitado esbatia o efeito do encontro de Madrid, onde Sá Carneiro se entregava à UEDC, como consequência talvez do despeito das sucessivas recusas da Internacional Socialista receber o PPD/PSD nas suas fileiras.

Apoiada apenas no peso político e entusiasmo de Ramalho Eanes («Quero afirmar-lhe a minha confiança na sua insenção, honestidade e competência») (...) «Agradeço-lhe a coragem que soube demonstrar e a dedicação democrática que representa», num certo incentivo da hierarquia católica de que a aceitação de Sousa Franco será o sinal mais evidente, e nas suas próprias qualidades pessoais e daquelas que mais diretamente a rodeiam, Lurdes Pintasilgo não mostra sombra de receio. E nos círculos políticos acredita-se que os ataques que lhe serão lançados poderão ser mais prejudiciais para os seus autores do que para ela própria, num a sociedade que está a rejeitar crescentemente a «superpoliticização» e a partidarização excessiva.

Aliás, mesmo à revelia dos seus propósitos, um sucesso eventual do seu Governo (cuja constituição final ao nível de ministros deve ser considerada um verdadeiro êxito) pode ser um embrião de constituição de um bloco presidencial — de contornos distintos, é certo, dos que foram imaginados pelos «presidencialistas» conservadores ou reformadores da primeira hora.

A esta luz, e embora o discurso de Eanes possa parecer contraditório com estas ideias, muitas acções passadas do Presidente da República surgem agora mais claras. Subjacentemente poderá ter estado sempre presente a relativa descrença de Eanes nos partidos políticos tais como se apresentam e a preocupação de criação de uma dinâmica que, sem eliminar essas formações, respeitando inteiramente o seu papel, permitisse reajustamentos e readaptações no interior do próprio regime.

Eanismo e militarismo

Esta sensação é clara, aliás, ao nível dos principais líderes políticos. Muito significativo é um artigo, de resto bem construído, publicado há oito dias por Sá Carneiro no «Povo Livre», intitulado «Presi-



Lurdes Pintasilgo na conferência de Imprensa. Muitas questões circunstanciais

dencialismo partidário». «É a partir do V Governo que se tentará recuperar o prestígio necessário à reeleição de Eanes» — escreve Sá Carneiro.

O presidente do PSD receia que Eanes, a partir da sua eleição, tente a destruição ou subordinação dos partidos e do Parlamento e o aparecimento do presidencialismo eanista, com um projecto de socialismo africano apoiado no poder militar.

Foi para responder a críticas deste tipo e também para aclarar a polémica resultante da votação da Lei da Amnistia que Ramalho Eanes discursou em Vale do Zebro, na inauguração a um monumento aos fuzileiros mortos, afirmando que «pela minha parte, em nenhuma circunstância abdicarei da minha responsabilidade de obstar a que as Forças Armadas possam interferir de qualquer forma no processo democrático português». Ramalho Eanes ao longo de toda essa intervenção teve a preocupação de recusar a oposição entre poder civil e militar e referir a «firmeza e rigor com que assumimos uma linha clara de vinculação democrática das Forças Armadas».

Mas alguns observadores vêem na intempestiva e vigorosa intervenção de Eanes um aviso a movimentações nos bastidores militares, que o CEMGFA tem já necessidade de contrariar através do recurso à opinião pública.

Nessa mesma manhã, na já referida conferência de Imprensa das Necessidades, Lurdes Pintasilgo diria que nunca seria instrumento de um projecto que implantasse um regime militar em Portugal e que não poderiam desconhecer o espaço geográfico (europeu) no qual nos inserimos.

A conferência de Imprensa foi ocupada por muitas questões circunstanciais relativas à formação do Governo (às quais nos referimos noutra local) e foi, por isso, no seu bem concebido discurso de posse, que Lurdes Pintasilgo transmitiu o maior peso da sua preparação política — e singularmente numa construção a que não faltou sensibilidade e até recorte literário, incluindo transcrições de Miguel Torga. Lurdes Pintasilgo numa visão que alguns procurarão identificar

com o marxismo mas ela situaria apenas no espírito do Vaticano II (de que falaria ao jornalista José Rebelo, de «Le Monde») pôs-se abertamente do lado dos que na sociedade portuguesa são desfavorecidos e permanecem sem voz, apontando, porém, para a busca de «caminhos novos», «para que não percorram desnecessariamente as vias do desencanto alheio»; discurso no qual a sua filosofia de concepção da vida não deixou de assomar: «Não nos detemos ativamente nos antagonismos estereis. Eles só podem ser ultrapassados por soluções novas. Buscamos perspectivas que sem renegarem os contributos ideológicos adquiridos libertem os problemas e a sociedade da sua carga excessiva»; discurso, enfim, no qual a figura do Presidente da República foi amiúde evocada.

Numa alocação justificativa das opções ultimamente por si tomadas, Eanes lamentou o processo de bipolarização política bem como o afastamento entre forças partidárias. E justificou a sua orientação pela necessidade de defesa das instituições e dos mecanismos parlamentares. Procurou responder às acusações que lhe estão a ser dirigidas, e antecipou, por outro lado, a sua opinião sobre o cariz do V Governo, dizendo que a acção política do gabinete de Lurdes Pintasilgo não se esgotará no objectivo principal de realizar eleições e que lhe cabem todas as acções de governo impostas pelos problemas da crise nacional e internacional (o sublinhado é nosso).

Lurdes Pintasilgo foi a aposta maduramente cogitada por Ramalho Eanes. Ele decidiu jogar (as expressões são suas) na «personalidade política», no «prestígio internacional» e na «experiência governativa» do novo Primeiro-Ministro.

No entanto, alguns dos ministros quebram a homogeneidade da equipa governamental podendo revelar-se, a curto prazo, como «cavalos de Tróia» que perturbem a «marcha».

O apagamento ou fracasso deste Governo pouco influenciará este país. Mas um eventual êxito na «marcha dos 100 dias» de que fala o Primeiro-Ministro (mas que serão seguramente alongados) poderá criar uma nova dinâmica para o regime, da qual resultará possivelmente uma nova síntese para o poder político em Portugal.

A primeira «escaramuça» da «marcha» estará já à porta. O Fundo de Abastecimento encontra-se de tal forma depauperado e certos aumentos de preços mostram-se tão inadiáveis que uma das primeiras operações do novo Governo será uma vaga de subida do custo de vida.

No entanto, Maria de Lurdes Pintasilgo não será certamente tão ingénua que vá proceder a essa operação com quase toda a Informação, e designadamente a RDP, nas mãos dos seus «inimigos», daqueles que lhe querem tolher a caminhada.



Primeira reunião do V Governo. Uma aposta maduramente cogitada

"Quero dar voz aos que não têm voz"

Fernando Antunes

«Dar voz aos que não têm voz é a minha primeira prioridade. Dar voz aos milhares de pessoas e famílias deste país que nem sequer puderam organizar-se em grupo de pressão.» Alfredo Bruto da Costa, ministro dos Assuntos Sociais e da Coordenação Social, é um homem novo preocupado com a problemática social e com a satisfação das mais elementares carências de tantos portugueses que nem sequer são escutados. Sem uma ideologia prefabricada, repudia conceitos de esquerda e direita, tal como são muitas vezes entendidos — e a sua visão de justiça social é indissociável da visão da fé. Cinco anos como provedor da Misericórdia de Lisboa foram para ele termómetro do país real e da angustiante miséria em que muitos portugueses ainda dificilmente vão sobrevivendo.

Magro, rosto anguloso, 1,88 de altura (envergadura respeitável, sobretudo, para os adversários no jogador de voleibol e basquetebol que foi nos tempos de estudante em Goa e Bombaim), sobriedade na palavra, o culto por um certo rigor verbal, Alfredo Bruto da Costa está sentado, porventura pela última vez, no gabinete do Largo Trindade Coelho, gabinete que ocupou nos últimos cinco anos como provedor da Misericórdia de Lisboa. Horas antes reunira os seus funcionários e despedira-se daqueles que o vêem afastar-se com certo desgosto. «Só há que dizer bem — confidência um deles — e por isso é natural que sintamos a sua falta.»

O eng.º Alfredo Bruto da Costa tomava posse no dia seguinte das suas funções governamentais. Uma inovação no organigrama dos vários gabinetes constituídos depois de 25 de Abril. Quando chamamos a atenção para o facto, tem uma reacção muito firme para garantir que não haverá superministérios nem superministérios no gabinete de Lurdes Pintasilgo. Apenas uma actividade coordenadora, sem nada que lhe confira um figurino específico ou um patamar excedentário na orgânica do V Governo.

Quem é Alfredo Bruto da Costa que pela primeira vez enfrenta um jornalista que o convida a falar de si (o seu primeiro depoimento público), da sua infância e influências que recebeu, quer antes quer depois das escolas inglesa e portuguesa que concorreram fortemente na sua formação, dos seus projectos de realização pessoal, da sua grande opção a meio dos estudos universitários e finalmente da sua experiência de cinco anos na primeira Misericórdia do País?

Da escola inglesa à oposição a Salazar

Alfredo Bruto da Costa, nascido em Goa, há 41 anos, pertence a uma família de largas tradições políticas. Seu pai, ainda vivo, António Bruto da Costa, licenciado em Direito, desenvolveu toda a sua actividade política contra o regime de Salazar principalmente em Goa onde a família tinha casa. De uma das vezes que se deslocou a Portugal foi para propor a Salazar para o então Estado da Índia uma solução parecida com a encontrada já depois de 25 de Abril para as Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

A escola inglesa teve em Bruto da Costa uma influência marcante mas não decisiva na sua formação. Se até aos 10 anos frequentou como muitos goeses a instrução primária, em português, os estudos secundários já foram feitos num sistema integrado indiano, em língua inglesa. A sua paixão pelo desporto e pelo teatro manifestou-se aí de forma muitas vezes absorvente. «Em Goa, havia de resto a possibilidade de optar e eu optei pela língua inglesa», recorda Bruto da Costa para quem a evocação desse período da sua vida assume um significado muito curioso. De facto, é em Bombaim e não em qualquer cidade portuguesa que completaria os preparatórios de Engenharia. E é só em 1957, quando ingressa no IST em Lisboa, que retoma o contacto

com a língua portuguesa de que se afastara todos aqueles anos. «Considero esta viragem curiosa de um ponto de vista cultural — diz-nos — já que nela não deparei com a mínima dificuldade. Não senti nenhuma solução de continuidade, quer quando aos 10 anos transitei para o ensino, em inglês, quer muito mais tarde quando tive de fazer nova inflexão. Uma segunda viragem terei de a situar por altura do meu 3.º ano de Engenharia quando senti que despertava para a problemática social e passei a estudar com mais interesse tudo quanto se relacionava com a economia, a filosofia e a sociologia mesmo em prejuízo das disciplinas do currículo. Cheguei mesmo a pensar mudar de curso o que só não fiz porque a minha situação económica então não o permitia.»

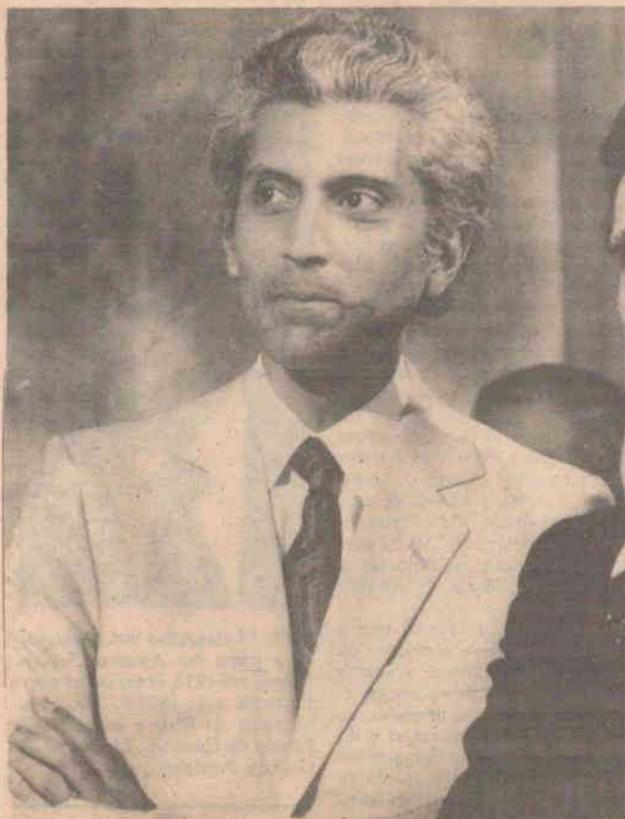
Justiça social em sentido lato

Quando concluiu o curso de Engenharia, Bruto da Costa tinha definitivamente descoberto que estava mais do que nunca motivado para uma actividade de tipo eminentemente social. Um dos vectores dessa sua preferência e que mais polarizava esse interesse, era o da justiça social em sentido lato. Razões de ordem material levaram-no a ter de recorrer a uma ocupação em «part-time», já no último ano de Engenharia, no Secretariado Técnico de Planeamento, onde teve oportunidade de contactar com a temática do desenvolvimento e com pessoas identificadas com essas matérias.

Uma meteórica passagem por uma obra hidro-agrícola — o canal de Mira —, não chegou para diminuir o interesse revelado desde a primeira hora pelos problemas do planeamento numa óptica social. Voltaria assim ao Secretariado Técnico, em 1966, de onde só saiu para ingressar como provedor da Misericórdia de Lisboa em Outubro de 1974. Datam daí a sua amizade por personalidades que hoje evoca com muita simpatia, como João Salgueiro, Manuela Silva e Correia Gago, seu colega no actual Governo.

A sua actividade como técnico de Planeamento foi sempre basicamente voltada para os assuntos sociais — saúde, habitação, educação e segurança social. O estudo da temática social, nos Planos de Desenvolvimento, ocupou-o nos últimos trabalhos que executou naquele departamento. «Como técnico de planeamento — acrescenta — a minha preocupação foi sempre a de encontrar uma forma de conquistar o lugar que eu pensava continuar a não ser atribuído aos aspectos sociais do desenvolvimento.»

Alfredo Bruto da Costa, que acumulará sem encargos para o erário as funções de ministro dos Assuntos Sociais com as de Coordenação do Sector, pensa ainda hoje que essa omissão se mantém, não apenas por razões apriorísticas ou de política, em sentido lato, mas porque subsistem dificuldades de natureza técnica quando se procura planejar de uma forma integrada aspectos económicos e sociais.



Bruto da Costa
Esquerda e direita... Que são?

Insatisfação pessoal

Bruto da Costa reconhece que ao nível político se está cada vez mais consciente dessa necessidade, enquanto ao nível das instituições técnicas internacionais se têm desenvolvido metodologias que permitem corrigir a política pública de não caracterizar as grandes opções ligadas ao desenvolvimento ao campo meramente económico. Esta qualificação técnica e os conceitos que tem defendido terão influenciado naturalmente a sua escolha para uma pasta simultaneamente coordenadora e de planeamento, escolha que, apesar de tudo, surpreendeu de algum modo um técnico de planeamento prestigiado, que afirma nunca ter admitido a possibilidade de fazer parte de um governo, justamente por nunca ter estado integrado em nenhuma das formas mais correntes que canalizam a ascensão ao poder. «Mas isso não implica uma certa insatisfação pessoal perante coisas que se realizam de determinada maneira e que sempre julguei poderem ou deverem ser executadas de modo diferente.» «Insatisfação pessoal, sim — prossegue —, em relação a omissões e, daí, talvez que a possibilidade que me é dada de exercer tal lugar seja inseparável do estímulo e da curiosidade com que irei tentar aplicar a minha experiência da Misericórdia de Lisboa, estabelecimento que é um termómetro da situação económico-social e onde me habituei a prescindir das estatísticas para saber como vai o País.»

O novo ministro descreve como todas as omissões de todos os ministérios, em matérias ligadas a necessidades básicas, vão parar à Misericórdia de uma forma desordenada, mesmo caótica e sem qualquer critério. «E isto porque as pessoas, desde o comum dos cidadãos aos que têm mais responsabilidades, têm encarado as Misericórdias como instituições vocacionadas para resolver o que outras não resolviam. É isto que torna como que natural que haja vazios, nas políticas dos diversos departamentos, no pressuposto de que os problemas se transferem para uma grande vala comum onde serão tratados melhor ou pior pelas Misericórdias e/ou instituições afins.»

Dar voz aos que a não têm

Extremamente sensibilizado para a problemática social, preocupa-

o ainda o facto de continuar a existir um outro vazio inquietante, que é o daqueles cujos anseios e aspirações mais elementares continuam a não ter quem os escute. «Dar voz a quem não tem voz deveria ser uma preocupação prioritária e o que tenho verificado, nestes últimos cinco anos, é que: aqueles que têm e guido fazer-se ouvir e organizar-se em grupo de pressão, são os únicos que têm exercido uma influência, se não determinante, pelo menos fortemente condicionante da actividade dos vários governos. Simplesmente, não houve ninguém que tivesse pensado que muitos milhares de famílias neste país, nem sequer têm energias para se organizar como força de pressão nem condições para se fazer ouvir. Esse é o sector populacional que transporto para o Ministério como minha primeira prioridade.»

Um reparo que não isenta os próprios partidos: «O que me custa verificar é que até forças organizadas; cuja ideologia deveria conduzir como corolário a uma preocupação dominante na melhoria e defesa desses sem-voz, até essas não têm feito a defesa que delas se exigiria.»

Alfredo Bruto da Costa não tem, porém, ilusões quanto à vastidão desta problemática, nem quanto à sua complexidade. «Insisto neste ponto apenas como preocupação pessoal e não em termos de qualquer ilusão quanto a conseguir, no tempo de que disporei, algo proporcional ao que é necessário. É que as verdadeiras causas da miséria não estão apenas no âmbito do MAS. É um problema do País e não só do Governo e as possibilidades de se avançar no bom caminho dependem muito do que a sociedade portuguesa pensa. Será do grau de solidariedade existente entre cidadãos, ao nível da sociedade, que dependerá a possibilidade de um governo tomar ou não medidas para uma utilização dos escassos recursos existentes em obediência a uma determinada hierarquia de prioridades. Não posso deixar de levar comigo esta preocupação porque ela sempre foi uma das motivações básicas do meu interesse pelos problemas sociais, fortemente acentuada pelo contacto directo com a miséria que, para mim, representou este contacto com o cargo que exerci na Misericórdia.»

«Não vejo razão para temer os partidos»

Católico, embora, ao contrário

de parte dos membros do novo Governo, sem militância sistemática em qualquer organização, Alfredo Bruto da Costa não tem recusado a sua colaboração a muitas dessas instituições (quando Lurdes Pintasilgo esteve em França integrada em funções oficiais do Graal, lembra-se de ter colaborado em Lisboa com essa instituição). «O meu interesse pela problemática social e pela justiça foi uma das consequências do meu aprofundamento da fé. A minha visão de justiça social, igualdade dos homens (o escândalo da sua desigualdade), da importância da sua dignidade, e de considerar intoleráveis certas situações existenciais em que certos homens são obrigados a viver, tudo isso é indissociável da minha visão da fé.»

Bruto da Costa não esquece os que mais o influenciaram, quer como homem quer como cristão, os brasileiros Gustavo Corção, que leu como se lesse cartas que lhe eram dirigidas, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), os dois ligando-o à obra de Jacques Maritain e depois à de outros filósofos. «E admiro-os porque no fundo eles exerceram uma influência marcante na minha formação, respeitando a minha liberdade ao ponto de ao cabo de tantos anos, hoje, já não me identificar com nenhum deles. Foram os meus mestres, mas também extremamente respeitadores da liberdade do outro.»

O novo ministro dos Assuntos Sociais não conhecia Lurdes Pintasilgo, pessoalmente, antes de esta o ter convidado. «Mas o nosso primeiro encontro foi como se nos conhecêssemos há muito tempo, encontro que revelou implicitamente que havia muito de comum o que se

confirmaria em contactos posteriores.» Não teme os partidos o eng. Bruto da Costa. «Nem vejo razão para tal. Penso que numa sociedade como a portuguesa exercem uma função muito própria e importante e são um dado para se equacionar qualquer problema com dimensão política». E entende mesmo que a ausência de uma fiscalização parlamentar torna mais exigente o modo de medir a consonância daquilo que pensa fazer com o que possa ler como exprimindo a vontade da população portuguesa. «Se houvesse uma Assembleia a funcionar estaria mais à vontade porque existiria mais uma instância através da qual iria medindo as minhas ideias e orientações, confrontando-as com o que formalmente é a orientação dos representantes eleitos pelo povo.»

Homem de esquerda ou homem de direita? «Não sei o que o vulgo das pessoas entendem quando falam em esquerda e direita. Entrei para a Misericórdia, em Outubro de 1974, e poderá imaginar-se que a minha actividade teve em conta aspectos políticos agudos, em especial ao longo de 75 e 76. O que procurei fazer foi encontrar soluções e decisões que correspondessem a uns tantos princípios básicos e de fundo, que eram os meus, com a realidade concreta da sociedade portuguesa naquele momento. Um caminho em que a própria realidade sociopolítica do País era uma das coordenadas.»

«Não tenho uma ideologia prefabricada — diz-nos por fim —, e a leitura da própria evolução da sociedade portuguesa é, para mim, uma das componentes na minha equação dos problemas quando pretendo para eles encontrar solução.»



V FESTIVAL DE MÚSICA DA COSTA DO ESTORIL

Organização da JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO ESTORIL com a colaboração da:

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, DIRECÇÃO-GERAL DO TURISMO, CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, FUNDAÇÃO GULBENKIAN e ESTORIL SOL, S.A.R.L.



CASINO ESTORIL

2.ª-feira, 6 Agosto; 3.ª-feira, 7 Agosto 21.30 H.

BALLET GULBENKIAN

WINGS

Coreografia: CRISTOPHER BRUCE
Música: BOB DOWNES «Bird of the 7th dimension»
Luzes: RICHARD CASWELL
Direcção de ensaios: VASCO WELLENKAMP

CANÇÕES SEM PALAVRAS

Coreografia: HANS VAN MANEN
Música: MENDELSSOHN
Cenários e figurinos: JEAN PAUL VROOM
Direcção de ensaios: CARLOS TRINCHEIRAS
Pianista: JORGE MOYANO (gravação feita expressamente para este bailado)

DIMITRIANA

ou variações para 2 barras, um banco e algumas personagens
Coreografia e luzes: CARLOS TRINCHEIRAS
Música: CONSTANÇA CAPDEVILLE; Dimitriana e DIMITRI CHOSTAKOVITCH: andante do concerto n.º 2 para piano e orquestra.

Preço: 120\$00 — 50% de desconto para estudantes e sócios da J.M.P., A.P.E.M., OJS, INATEL e Sindicatos da Indústria Hotelaria. Bilhetes à venda na Junta de Turismo da Costa do Estoril.

Os ministros para a "marcha dos 100 dias"



Os perfis dos elementos do Gabinete escolhido por Maria de Lurdes Pintasilgo, com excepção dos ministros Costa Brás e Bruto da Costa, e do secretário de Estado, Teresa Santa Clara Gomes, de quem recolhemos declarações, publicadas em separado



António Luciano de Sousa Franco (Finanças)

O novo ministro das Finanças tem 36 anos e é um dos fundadores da Associação Social-Democrática Independente (ASDI), resultante da cisão parlamentar verificada em Abril no PSD, partido em que ocupou lugar de grande destaque, sendo mesmo presidente da Comissão Política Nacional depois do abandono voluntário da presidência do partido por parte de Francisco Sá Carneiro. Licenciado em Direito e possuindo o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas, com 18 valores, doutorou-se, em 1972, em Ciências Jurídico-Económicas. Integrou a comissão interministerial encarregada de preparar o III Plano de Fomento e foi administrador da Caixa Geral de Depósitos. Presidente da comis-

Tenente-coronel José Alberto Loureiro dos Santos (Defesa Nacional)

Loureiro dos Santos transita do Executivo de Mota Pinto. Nasceu em Vilela do Douro, Sabrosa, há 43 anos, e ingressou na Escola do Exército em 1953, tendo concluído com distinção, em 1969, o curso do Estado-Maior. Foi nomeado para a Região Militar de Angola em 1962 e frequentou de 1966 a 1969 o curso de Estado-Maior em que obteve a classificação de «distinto», sendo posteriormente nomeado professor no Instituto de Altos Estudos. Desempenhou funções no Estado-Maior do Exército e, após o 25 de Abril, foi designado delegado da Junta de Salvação Nacional, em Cabo Verde, cargo que desempenhou até ao fim de Agosto de 1974. Executou várias funções no Estado-Maior-General das Forças Armadas, entre as quais a de secretário permanente do CR, de que pediu a exoneração para regressar ao serviço do Exército. De Abril a Novembro de 1977 foi vice-chefe do EMGFA. Pertenceu à comissão central da candidatura do general Ramalho Eanes e nos últimos tempos foi muito falado pela sua participação em reuniões que visariam a criação de um partido presidencial.

João Carlos Lopes Cardoso de Freitas Cruz (Negócios Estrangeiros)

Outro ministro que transita do anterior Executivo. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, com 53 anos de idade, desempenhou as funções de embaixador de Portugal na NATO (Bruxelas). Foi nomeado cônsul-geral em Nova Iorque, em 1962 e, dois anos mais tarde, promovido a ministro plenipotenciário junto da OCDE e em Bona. Foi o primeiro diplomata de carreira, após o 25 de Abril, a ser investido nas funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, funções em que tem sido contestado, mormente por sectores socialistas, pela sua posição antes do 25 de Abril e pela nomeação de Caldeira Coelho para secretário-geral do Ministério.

Pedro de Sousa Macedo (Justiça)

O titular da pasta da Justiça, que tem 51 anos, é vice-procurador-geral da República desde 1977. Dirigiu os serviços jurídicos da Junta de Salvação Nacional, tendo colaborado na revisão constitucional que foi consagrada na lei constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio. Deu apoio jurídico à Presidência da República, Estado-Maior-General das Forças Armadas e Ministério da Defesa Nacional durante os I e II Governos Provisórios.



são que, em 1974, elaborou a Lei da Imprensa, tendo ainda preparado projectos de lei da Rádio e da Televisão, foi secretário de Estado do VI Governo Provisório. Actualmente é professor da Faculdade de Direito de Lisboa, a cujo conselho directivo preside. Dirigente da JEC e da JUC, foi secretário-geral da Junta Central da Acção Católica Portuguesa e primeiro presidente eleito do seu conselho nacional.

Carlos Jorge Correia Gago (Coordenação Económica e Plano)

Num governo onde não existem superministérios nem ministros-chave, como diria Lurdes Pintasilgo dias antes do acto de posse, ter-se-á de atribuir, apesar de tudo, particular significado à indicação de Carlos Jorge Correia Gago para a



Coordenação Económica e do Plano.

Correia Gago é assim «promovido» de ministro dos Negócios Estrangeiros do III Executivo Constitucional — o Governo de Nobre da Costa — a funções extremamente exigentes como serão as que lhe confere uma actividade coordenadora em aspectos preponderantes da acção governativa. Com 45 anos de idade, desempenhava as funções de presidente do conselho de gerência da Petrogal quando foi convidado para as Necessidades, onde aliás pouco tempo permaneceria, regressando àquela empresa. Engenheiro de Minas, assistente do INII, ingressou no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho em Outubro de 1963, como técnico de primeira classe. Chefe de divisão em 1966 e director do Planeamento em 1969, passou a exercer as funções de director-geral a partir de Outubro de 1970. Na qualidade de consultor económico da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil fez parte das delegações portuguesas à Conferência Europeia de Aviação Civil.

No Secretariado Técnico teve a seu cargo, de início, o pelouro da Energia, cujos grupos de trabalho secretariou, tendo sido o responsável pelos respectivos projectos de capítulo do Plano Intercalar e do III Plano de Fomento. Foi membro da Comissão de Reestruturação do Sector Petrolífero desde 15 de Abril de 1975.

Joaquim da Silva Lourenço (Agricultura e Pescas)

Natural de Abrantes (terra da naturalidade de Lurdes Pintasilgo), tem 46 anos. Possui o curso de engenharia agrícola, concluído em 1957, e é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Sócio fundador e dirigente da SEDES, trabalha no Centro de Investigação Agrária da Fundação Gulbenkian. Antes do 25 de Abril pertenceu à Juventude Agrária Católica. Deputado à Constituinte pelo então PPD, que mais tarde abando-



nou, pertence presentemente também à ASDI. Foi secretário de Estado do Fomento Agrário no VI Governo Provisório.

Fernando Marques Videira (Indústria)

Nasceu em Lisboa a 21 de Setembro de 1928. Licenciou-se em Engenharia Química Industrial pelo IST e foi ali assistente e regente de cadeira. De 1969 a 1974 foi director-geral de Combustíveis e Reactores Nucleares Industriais da Junta de Energia Nuclear. Entre Setembro de 1975 e Julho de 1976 foi secretário de Estado da Energia e Minas do VI Governo Provisório. Desde Setembro daquele ano que é membro do conselho de gerência da EDP — Electricidade de Portugal.

Acácio Pereira Magro (Comércio e Turismo)

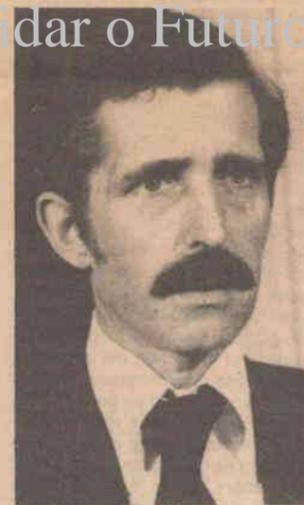
Transita do IV para o V Governo, depois de ter pertencido também ao Executivo de Nobre da Costa.



No IV Executivo tinha a seu cargo a pasta dos Assuntos Sociais. Nasceu em 1932, licenciando-se em Finanças pelo ISCEF. Foi administrador do BNU e secretário de Estado da Indústria Ligeira no IV Governo Provisório.

Jorge de Carvalho Sá Borges (Trabalho)

Dirigente da Associação Académica da Faculdade de Direito, seu representante nas RIA e, em 1961, membro do Secretariado Nacional



de Estudantes, tendo também pertencido ao núcleo da Juventude Universitária Católica, licenciou-se pela mesma Faculdade em 1961. No âmbito da actividade profissional como advogado teve intervenção em inúmeros processos políticos. Na SEDES, de que foi fundador, ocupou os cargos de secretário-geral e presidente, tendo desenvolvido intensa acção durante a campanha eleitoral do general Humberto Delgado. Membro fundador do então PPD, fez parte da respectiva Comissão Política Nacional. Até à realização do I Congresso exerceu as funções de vice-presidente da CPN. Em representação do PPD foi ministro dos Assuntos Sociais do IV e VI Governos Provisórios, até fins de 1975, altura em que abandonou o partido na sequência dos acontecimentos do congresso de Aveiro. Tem 46 anos, é membro fundador do MSD e consultor jurídico do Grémio dos Editores e Livreiros.

Frederico Alberto Monteiro da Silva (Transportes e Comunicações)

Foi administrador da TAP — Air Portugal até ao princípio de Julho deste ano, tendo sido afastado recentemente das funções que exercia

em mais uma contestada medida do Governo Mota Pinto já depois de exonerado. Engenheiro civil pela Universidade de Witwatersrand (África do Sul), fez a sua vida profissional junto do sector dos petróleos, nomeadamente em Moçambique, na África do Sul e no Malawi. Tem 54 anos e desempenhou também as funções de presidente do conselho de gerência da Soponata desde Novembro de 1976 até Outubro de 1977.

Mário Fernandes de Azevedo (Obras Públicas)

Engenheiro civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, trabalhou, no início da sua vida profissional, nos Serviços de Urbanização das Câmaras Municipais de Lisboa, do Porto e de Vila Nova de Gaia, ingressando depois no quadro dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto. Em Agosto de 1974 e nos anos de 1975 e 1976 foi chamado a título pessoal, ou em representação no exercício das suas funções, para fazer parte de diversos grupos de trabalho oficiais com vista à remodelação dos serviços e da legislação em vigor, e formulação de propostas no campo da urbanização e actividade da construção. Exerceu o cargo de secretário de Estado das Obras Públicas do I, III e IV Governos Constitucionais. Nasceu em 1929 no concelho de Santo Tirso.

Adérito Sedas Nunes (Coordenação Cultural e Cultura e Ciência)

A Coordenação Cultural, outro sector em que se conjugam pastas cuja especificidade justificará a existência de um ministro coordenador, está confiada ao prof. Adérito de Oliveira Sedas Nunes. Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e do Trabalho, é também director e grande animador da revista de Ciências Sociais «Análise Social», do Gabinete de Estudos e Investigação Social.

Com 51 anos, assume pela primeira vez o exercício de funções governativas. Licenciado em Economia e Finanças, exerceu diversas funções antes de iniciar em 1955 a carreira docente no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Foi assistente e professor em vários estabelecimentos de ensino superior, designadamente na Faculdade de Ciências de Lisboa e na Academia Militar. Além de catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, é ainda professor da Universidade Católica. Naquele instituto exerceu cumulativamente as funções de subdirector e, após o 25 de Abril, as de presidente do conselho directivo e presentemente as de presidente do conselho científico.

Membro fundador em 1962, e depois sucessivamente subdirector, director e presidente dos conselhos de gestão e científico do Gabinete de Investigação Social, foi nessa qualidade orientador da publicação de que é presentemente director. Em 1976/77 foi presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, e anteriormente havia sido adjunto da direcção do Instituto Nacional de Investigação Industrial.

Publicou cerca de uma dezena de livros e mais de uma centena de artigos sobre temas sociológicos e socioeconómicos, onde se destacam duas investigações, uma a respeito de «A Universidade na Vida Portuguesa» e a outra intitulada «Aspectos Sociais do Desenvolvimento em Portugal», e ainda os volumes «Princípios de Doutrina Social», «Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento» e «Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais».

Antes da tomada de posse anunciaria a intenção de o seu Gabinete lançar novas iniciativas nos domi-



nios cultural e científico. Em declarações feitas na altura, acrescentou que algumas iniciativas incidiriam na reforma de estruturas naqueles domínios. A aceitação do cargo já a justificou por pensar que os problemas da cultura são «uma preocupação fundamental do Primeiro-Ministro». Em sua opinião, Lurdes Pintasilgo equacionou «de uma maneira que me interessa as relações entre a cultura e a ciência».

Sabe-se, aliás, que já distam de há muito as relações de amizade e admiração de Sedas Nunes com Lurdes Pintasilgo, até por ser também oriundo dos sectores católicos mais activos. Sedas Nunes era um nome muito falado, como técnico muito competente, politicamente liberal, antes do 25 de Abril, e que depois dele permaneceria algo inexplicavelmente na sombra, porque afastado da política imediata.

Luís Eugénio Caldas Veiga da Cunha (Educação)

Luís Veiga da Cunha é natural de Lisboa e tem 43 anos. Formou-se em Engenharia Civil pelo IST. A sua actividade profissional tem sido exercida sobretudo em domínios relacionados com o aproveitamento e controlo dos recursos hídricos, repartindo-se pelos campos da docência, investigação científica e tecnológica, e actividade como projectista e consultor. Catedrático na Academia Militar desde 1965, tem também exercido actividade docente no estrangeiro, designadamente nos Estados Unidos, onde foi professor visitante na Universidade do Colorado, e no Brasil, onde ministrou cursos de pós-graduação na Universidade do Rio de Janeiro e em S. Paulo. Actualmente é presidente da Comissão Directiva da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos.

João António de Figueiredo (Comunicação Social)

Responsável pela pasta da Comunicação Social no Governo de Nobre da Costa, o major João Figueiredo tem o curso da Administração Militar e é licenciado em Finanças pelo ISCEF. Foi professor adjunto de cadeiras de Economia na Academia Militar, director de pessoal e director delegado da RTP (Radiotelevisão Portuguesa) em Setembro de 1974 e Março de 1975, membro da comissão administrativa da COSEC, presidente da direcção da Emissora Nacional de Radiodifusão (1975) e presidente da comissão administrativa da RDP (entre 1975 e 1978). Fez duas comissões em Angola e uma na Guiné, e tem publicados diversos trabalhos de Economia.

Após sair da RDP, e findo o Governo Nobre da Costa, passou a assessorar do Presidente da República, tendo depois pedido a passagem à reserva e trabalhando também na administração de duas empresas privadas. Nasceu há 42 anos em Celorico da Beira.

"No final dos cem dias voltarei à televisão"

Edite Soeiro

«Acima de tudo, o ter aceitado este cargo não representa uma ambição de carreira política. Porque se tivesse esse tipo de ambições, já teria tido oportunidade de as manifestar mais cedo.» Maria Elisa Domingues, mais conhecida pela Maria Elisa da televisão, desde há uma semana assessor do Primeiro-Ministro junto da Informação, recusa insinuações a respeito do seu cargo que, acima de tudo, ela irá procurar desempenhar o melhor possível.

«Conheço Maria de Lurdes Pintasilgo — conta — há vários anos. Fui aluna de pessoas ligadas ao Graal, o que quer dizer que contactei bastante com um grupo de gente que a ela estava ligada e participei em muitas actividades animadas pelo Graal em campos de férias, encontros culturais, etc. Portanto, esta etapa da minha vida surgiu naturalmente, através de um convite que ela me fez. Quanto ao porquê, só a própria poderá responder a isso.»

Concretamente, Maria Elisa procura ser, em S. Bento, «o elo constante entre o Primeiro-Ministro e os órgãos da comunicação social». No desempenho da sua nova função, utilizará o conhecimento que tem de um sector que é o seu — o jornalismo —, ao mesmo tempo que, segundo ela própria frisa, terá em conta qual deve ser a imagem do Primeiro-Ministro junto deles e quais devem ser as relações «muito especiais» deste Primeiro-Ministro com os órgãos da comunicação social, «relações que a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo quer abertas e fáceis». E acrescenta: «A abertura que com certeza se vai registar, não ficará a dever ao facto de eu ser jornalista, mas decorrerá naturalmente da personalidade da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, uma pessoa aberta, calorosa, de trato extremamente fácil, e com grande necessidade de estar em contacto com o mundo que a rodeia. A actual Primeiro-Ministro nada tem de fechado, misterioso, hermético, e é uma pessoa muito interessada no papel da informação no mundo actual. Daí, a atenção que dedica aos órgãos da comunicação social, aos seus problemas e à sua necessidade de serem informados com verdade e rigor. Por isso, penso que as relações entre o Primeiro-Ministro e a Informação irão ser francas e abertas, além de fáceis e correctas. Esperemos que a recíproca se verifique também.»

Andava Maria Elisa pelos seus 13 anos quando conheceu a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, mas só anos mais tarde apreendeu a «ri-

queza da sua personalidade», que ela acha «fascinante». «É uma pessoa com quem apetece trabalhar, pois está em permanente movimento, numa constante procura, através da qual tenta ultrapassar-se a si própria. Acho esta maneira de ser extremamente estimulante. Por outro lado, o que considero essencial, é uma pessoa com um ideal, com objectivos, com uma filosofia de vida muito determinada. Tem etapas a atingir e não desiste facilmente.»

Ao contrário do que muitos julgavam, Maria Elisa nunca pertenceu ao Graal. «Fui católica na minha juventude — recorda ela —, estive na JEC (Juventude Escolar Católica) e durante algum tempo mantive-me ligada a várias organizações católicas. Naturalmente, interessei-me pelas actividades do Graal, participei em várias das suas reuniões, mas não pertencei a aquele movimento.»

Medicina e teatro: os «falhanços» de conta alheia

Maria Elisa nasceu em Lisboa, «de uma mãe alentejana que não conhece a sua terra e de um pai da região de Coimbra». A mãe, dona de casa, «com muita pena de só ter sido isso — diz — e acho que foi lamentável, porque tem qualidades para desempenhar qualquer profissão de forma positiva»; o pai, engenheiro. Aluna brilhante no liceu, aos 17 anos já franqueava as portas da Faculdade de Medicina. Por pouco tempo, entretanto. Seguiu-se o Conservatório Nacional e o curso de teatro, a «Comuna», de que foi fundadora e, por fim, a televisão. Instabilidade nestes múltiplos caminhos? Ou um desejo de procura?

«Não me parece que haja sinais de instabilidade numa pessoa que, feitas as contas, teve poucas profissões. Estou empregada na Radiotelevisão há oito anos, desde que para ali entrei como locutora, andava pelos meus 20 anos, por necessida-

de de arranjar um emprego. Fui estudante de Medicina porque era normal uma pessoa que tinha sido tão boa aluna no liceu tirar um curso universitário. Só que, na minha família, se considerava que apenas as pessoas menos inteligentes ou menos dotadas é que iam para Letras. Era, portanto, obrigatório que eu fosse para Ciências... Assim fiz, interessei-me durante algum tempo pela psiquiatria, mas depois cheguei à conclusão de que não era isso o que me interessava fazer.»

A experiência falhada de Maria Elisa na Faculdade de Ciências tem estado a aproveitar, entretanto, ao seu irmão, muito mais novo do que ela, que já pôde ir para Letras, onde é um aluno brilhante de História. Diz Maria Elisa: «Julgo que a vida dele irá decorrer mais normalmente do que a minha, pois estou convencida que se, ao sair do liceu, eu tivesse ido para Letras, tudo o resto teria sido diferente. Talvez fosse professora, escritora, sei lá. Escrever, sim, porque sempre o fiz. Mas não teria havido toda uma série de acidentes de percurso, que assim foram inevitáveis.» Percurso que ela foi fazendo, sempre inquieto e insatisfeito. «Não sou — acentua — daquelas pessoas que sabem o que quer dizer sentir-se realizada. As coisas têm-me acontecido através de uma série de pequenos passos pontuais. Nunca tive, pelo menos a nível de carreira, grandes ambições ou projectos. Depois de Medicina, fui para o Conservatório, quando tive autonomia para isso, pois o teatro interessava-me profundamente. Foi há uns anos atrás, quando houve uma experiência fascinante no Conservatório, uma reforma em que participaram óptimos professores, entre eles Peter Brook. Tratou-se de uma coisa que, a nível de ensino, nunca mais teve paralelo em Portugal. Foram três anos de trabalho incrivelmente intenso, fascinante. Teria podido ser actriz, coisa que me agradava muito, pois ainda hoje estou convencida que o teatro era aquilo para que eu teria talvez mais talento...»

Que terá falhado então? Segundo Maria Elisa, o meio, «que era mau de mais, extremamente mediocre, ao nível da qualidade de trabalho», e isso, acrescenta ela «é qualquer coisa que eu não suportos». Antes de abandonar o teatro, Maria Elisa participaria na formação da «Comuna». E quando hoje, volvidos todos estes anos, lhe perguntamos se aquele grupo independente ainda corresponde ao que teria idealizado, responde-nos: «De modo nenhum. Aliás, nunca correspondeu.

Estive lá uns meses e rapidamente me apercebi que o trabalho que se desenvolvia nos grupos independentes estava muito longe do que me interessava. Ainda hoje isso acontece e penso que não se trata de uma grande exigência da minha parte, mas de em Portugal não haver, de facto, teatro de qualidade. Ou melhor, haver, mas com o Mário Baradas, em Évora, cuja experiência é muito importante e muito séria.»

Os bastidores do Lumiar

Ultrapassada a etapa teatral, Maria Elisa não cruzou braços. A jovem que era necessitada de emprego e a televisão abriu-lhe as portas, aceitando-a como locutora. «Ai — recorda — nessa empresa complexa, com 1500 funcionários, percebi que se tratava de uma casa com bastidores complicados, em que me não interessava penetrar. Habituei-me a funcionar sozinha, o que como locutora nem era difícil... Depois, vieram as reportagens, até que alcancei uma grande autonomia, coisa que o teatro me não teria proporcionado.»

Uma individualista, esta Maria Elisa? Ela diz que não, que acredita no trabalho de equipa, embora só muito raramente tenha encontrado equipas com quem a satisfaça trabalhar. «Veja-se — frisa ela — na televisão, já depois de ter sido convidada a entrar para os Serviços de Informação, vendo que em Portugal não poderia adquirir uma formação rápida, concorri a estágios lá fora, e consegui concretizar dois em França. No entanto, a RTP nunca se serviu da experiência que aí adquiri. Por exemplo, estive durante um ano nos nove países da Comunidade Económica Europeia, digamos que adquiri uma formação específica, mas que nunca foi aproveitada.»

«De facto, quando cá cheguei — prossegue —, fui integrada na política nacional, que não era aquilo para que vinha mais motivada. Na RTP há, realmente, um desfazimento entre as potencialidades das pessoas e aquilo que lhes é entregue como trabalho. Por tudo isto, houve sempre da minha parte um certo descontentamento em relação ao meio em que trabalhava e progressivamente fui-me isolando, até conseguir aquilo que era um estatuto de grande liberdade de trabalho: um programa semanal, *Em Questão*, que dependia inteiramente de mim, desde a concepção à escolha dos temas e dos convidados. Dispus sempre da maior liberdade na sua

organização e isso, creio, devo-o ao presidente da televisão, um homem que além de grande amigo meu, acreditou sempre em mim. De resto, a nível de sectores intermédios, tive algumas dificuldades de trabalho e de contacto.»

Durante 100 dias, a televisão vai ser abandonada, já que as duas coisas — assessor do Primeiro-Ministro e jornalista do Canal 1 — não são compatíveis. Mas depois que vai acontecer? Outra vez o jornalismo? Maria Elisa responde:

«Se me tivesse perguntado, há quinze dias, como é que eu ia passar o Verão, ter-lhe-ia dito que faria um mês de férias na praia e que, a seguir, iria conhecer os Estados Unidos da América, ambição que sustento desde há vários anos. E dir-lhe-ia também que, em Novembro, recomençaria o «Em Questão», com outra estrutura. Mas, de repente, todos estes planos foram alterados, porque surgiu o convite para vir para aqui... Nunca fui pessoa de muitos projectos, as coisas vão surgindo, e a minha vida é constantemente alterada. Uma coisa é certa, entretanto: preciso de mudar, de levar uma vida mais calma, com mais tempo para mim e para fazer aquilo de que gosto. Escrever, por exemplo... Depois, apetece-me voltar a estudar, tirar provavelmente o tal curso de Letras que se me não proporcionou. Mas não sei... Em princípio, quando chegar ao fim destes 100 dias, voltarei ao meu lugar na TV, voltarei a fazer um programa de informação. Sou jornalista, é aquilo que sei fazer.»

Ser mulher em Portugal

Aos 29 anos, Maria Elisa considera que em todas as experiências da vida aprendeu muita coisa. Mas a mais rica terá sido, talvez a televisiva, onde de locutora passou a jornalista depois do 25 de Abril. «Ali, aprendi que é extremamente difícil ser mulher em Portugal, que é extremamente difícil ser mulher numa profissão como a de locutora, em que as pessoas são avaliadas por aquilo que parecem, que mostram... Um rosto, uns cabelos, um sorriso... Não tenho os preconceitos da mulher-objecto, acho que ela deve ser olhada com dignidade como o homem. No entanto, reconheço que essas coisas levam a extremos degradantes e, dentro de um meio como a televisão, as pessoas acabam por ter problemas, vêem-se

obrigadas a fazer face a equívocos e a mal-entendidos difíceis de vencer. Mais tarde, já como jornalista, esses problemas continuaram, pois é difícil para uma mulher jornalista ser levada a sério pelos homens. Digamos que foi a pulso, passo a passo, que consegui ser avaliada por aquilo que, hoje, as pessoas sabem ser o meu trabalho.»

E Maria Elisa recorda que depois dos primeiros «Em Questão», as pessoas lhe vinham perguntar quem é que lhe tinha escrito as perguntas. «Hoje, já ninguém o faz — diz — pois o meu trabalho demonstra uma continuidade. Mas a verdade é que se fosse um homem que estivesse no meu lugar ninguém, alguma vez, lhe dirigiria tal pergunta.» E recorda também as resistências que na RTP se levantaram à ideia de ser ela a entrevistadora, em determinada altura, uma das personalidades mais importantes da cena política. E diz: «Com tudo isto, aprendi que a luta é feroz para uma mulher e que ela terá de ser mais competente do que o homem na mesma profissão. Sem isto, a preferência será dada, sempre, ao homem. Não se trata de uma declaração feminista, que não sou no sentido vulgar do termo. Mas luto pela dignificação da mulher e por uma efectiva igualdade de direitos que, por enquanto, só existe na lei...»

No meio disto tudo, como é que Maria Elisa encontra tempo e disposição para dedicar ao filho, miúdo de cinco anos que, muitas vezes, é acompanhado pelos avós?

«A eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo — diz ela — tem falado várias vezes no papel extremamente pesado que cabe às mulheres que trabalham, perante a dupla tarefa do emprego e da casa, com os filhos e os maridos. Não fujo a esta dificuldade e o meu filho tem sido prejudicado com o facto de eu trabalhar a um ritmo extremamente intenso, desde que sou jornalista. Vou procurando equilibrá-lo da melhor forma que sei e posso, deixando que pessoas que lhe estão ligadas — normalmente os avós — se ocupem dele. Está numa idade em que se não pode dizer se é mais grave proceder desta maneira ou dar-lhe uma mãe que fique em casa, contrariada e frustrada por não realizar as coisas que gostaria de ter feito. Há prós e contras nas duas situações... Fazem-se escolhas e depois procura-se compensar os prejuízos, as consequências que daí possam advir. Mas com certeza que não se acerta sempre. Antes pelo contrário...»

Uma candidatura de "unidade popular" nas intercalares

Impedir uma maioria de direita na Assembleia da República e derrotar o bloco PSD/CDS/PPM, através de um programa autónomo, global, que aponte para um modelo de sociedade socialista, alternativo aos «reformismos do PS e do PCP», é o que se propõe a candidatura de Unidade Popular às próximas eleições intercalares.

Uma declaração política cujos subscritores abrangem personalidades e militantes de esquerda de diversas organizações e independentes, será divulgada, durante uma conferência de imprensa, a realizar, hoje, de manhã, na Casa da Imprensa, em Lisboa, à qual deverão estar presentes Otelo Saraiva de Carvalho e Acácio Barreiros.

As intercalares são consideradas como um desafio a todas as forças e militantes políticos (organizados ou não) que se reclamem de um projecto de unidade popular que seja autónomo relativamente ao PS e PCP, se apoie no movimento popular de base e seja capaz de congrega em torno de um programa político realista e adequado à actual correlação de forças, um bloco social tão amplo quanto possível, interessado na defesa e aprofundamento das conquistas democráticas do 25 de Abril.

A declaração política apela para a unidade de facto entre militantes, correntes e organizações que se colocam fora das áreas do PS e do PCP, e considera que o desenvolvimento de um projecto de Unidade Popular exige o fim dos limites estreitos impostos pela visão partidária e sectária à reformulação programática e organizativa daquele campo da esquerda. O isolamento do espírito radicalista que corporiza a via para a grupuscularização e a necessidade de encarar de frente a crise que atinge todas as organizações partidárias do campo popular, o que implica o abandono das teses vanguardistas, são duas das tónicas dominantes daquele documento no qual se considera ainda que as candidaturas isoladas estão votadas ao fracasso (em termos eleitorais) e não resolvem nenhum dos problemas que têm impedido a afirmação de um projecto de Unidade Popular.

A candidatura para a Unidade Popular terá assim de assentar, de acordo com a declaração política de apresentação do projecto, num programa unitário que não seja o programa de nenhuma força política e possua uma dinâmica que ul-

trapasse a soma das organizações (e siglas) existentes. Os subscritores iniciaram já diligências concretas no sentido de contactar as várias forças políticas — UEDS, MES, PSR, OUT, UDP, PCP (R), Grupos de Intervenção não partidários

e militantes activistas e independentes — no sentido de favorecer uma aproximação séria e um debate conducentes a uma candidatura unitária.

Subscrevem a Declaração, que tem vindo a recolher outras assina-

turas, Jorge Azevedo, Rui Canário, João Espada, Eduardo Ferro Rodrigues, Eduardo Graça, Augusto Mateus, Manuel Moita, Catalina Pestana, João de Sousa, Nuno Teófilo Pereira, João Vieira Lopes e Vítor Wengorovius.

Vítor Wengorovius: "Um corte significativo com o sectarismo"

Um dos subscritores do documento é o dr. Vítor Wengorovius, que, a propósito dos objectivos da candidatura unitária, declarou a «O Jornal»:

1. A evolução da realidade política provocada pela Declaração de Dissolução da Assembleia da República e pela convocação de eleições intercalares denota que se acentuam sensivelmente os factores que vão obrigar, embora a prazo, a profundas modificações de atitude política, à recomposição de certas áreas políticas, com altera-

ção do próprio quadro partidário existente, e à alteração da relação entre forças políticas e classes, sectores e subsectores de classes sociais que tenderão a representar.

Assim vemos, pois, partidos como o PSD e o CDS que tendem a definir-se de vez como representantes de sectores sociais possuidores, terão grandes dificuldades em manter aberturas programáticas ou táticas que não correspondam a interesses desses sectores. Assistimos também à pressão da realidade

social e política sobre o PS, impelindo-o a definir mais claramente a posição política e o alinhamento social.

2. A Declaração Política que subscreeva demonstra, por sua vez, o arranque para alterações importantes de ordem programática e organizativa na área que se costuma designar por «Esquerda Revolucionária» e, aliás, com efeito em toda a área de Esquerda Democrática, socialista e independente. Vista em articulação com outras iniciativas em curso, que vão das

questões de política geral às de política sindical e às questões ideológicas e de toda a frente de problemas sociais e culturais, traduz um corte significativo com o sectarismo e o radicalismo, mas também um sério esforço para encontrar, sem eleitoralismos fáceis, uma nova alternativa programática e tática de esquerda correspondente aos interesses e necessidades de vários sectores sociais importantes que ainda não tiveram representação adequada e global das forças partidárias existentes.